



Seu tempo é limitado, então, não o gaste vivendo a vida de outra pessoa
Steve Jobs

Sinduscon-DF e moradores denunciaram ao MP crimes ambientais no Noroeste

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF) e a Associação de Moradores e Comerciantes do Setor Noroeste (AmoNoroste) protocolaram denúncia no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) para que o órgão também tomasse providências contra o aumento da ocupação ilegal e desordenada em parte da unidade de conservação no bairro. “A situação exigia medidas urgentes por parte do poder público. Cada dia que se passava, eram maiores os danos ambientais e urbanísticos, e as condições de vida das pessoas em condições de vulnerabilidade que ali viviam também, inclusive várias crianças”, disse o presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Valadão Júnior.

Unidade de Conservação

De acordo com a denúncia protocolada no MPDFT, de 20 páginas, parte da ocupação irregular estava localizada na unidade de conservação denominada Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) CRULS e em suas imediações, em áreas da CEB e da PMDF. Ontem, o GDF começou o processo de retirada.

Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul debate crise global

Unir as Câmaras de Comércio da América do Sul para que o bloco saia fortalecido da crise global. Esse foi o ponto de convergência

na IV Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul (CI23), sediada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo (CNC), no Brasil. O encontro marcou também o ingresso oficial da CNC na Federação Sul-Americana de Turismo (Fedesud).

Marcelo Freire/ CNC



União Europeia e Aliança do Pacífico

“Vemos a necessidade de aumentar a presença global do bloco. Não apenas com a União Europeia, mas também progredir com a Aliança do Pacífico. Apesar do cenário internacional de guerras e crise, há vontade política de avançar em direção à integração econômica”, afirmou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Mensagem de Alckmin

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, enviou uma mensagem em vídeo para o evento. “O Mercosul precisa ocupar posição cada vez mais relevante. Temos o desafio de estabelecer relação com outros países e o papel estabelecido pelo setor é fundamental na criação de ambiente favorável”, reforçou Alckmin.

Democracia e livre comércio

Tadros enfatizou a necessidade de deixar de lado as diferenças ideológicas. “Não há que se falar em governos de direita ou de esquerda. Nossa premissa preconizada nesse fórum é de democracia, livre-comércio e segurança jurídica. Tendo esses pilares constituídos, precisamos trabalhar sempre com diálogo”, pontuou.

Fotos: Clara Boia / divulgação



A mestre-artesã Josefa Mazarão será um dos destaques da Área dos Mestres

16º Salão do Artesanato em Brasília

Uma das preciosidades da cultura brasileira, o artesanato será destaque em Brasília de 15 a 19 de novembro. Realizado pela Rome Eventos na área de exposição externa do Pátio Brasil Shopping, o 16º Salão do Artesanato será aberto ao público e receberá o talento de artesãos, cooperativas e coletivos de todas as regiões do país. Conta com o apoio do Ministério do Empreendedorismo, do Ministério do Turismo, do GDF e tem patrocínio do Sebrae.



Juão de Fibrá, de Goiás, especializado em trançado de capim colônio

Rede Clube FM chega a 40ª filiada

A rede liderada pela Clube FM 105.5 de Brasília está próxima de estrear sua 40ª afiliada, uma marca expressiva para o projeto de expansão nacional iniciado em 2019. A Rede Clube FM, do Grupo Diários Associados, fechou parceria com a Rede Conecta para implementar a Clube FM 102.5 de Mogi Guaçu (SP), estação que será fruto do processo de migração AM-FM da Rádio Difusora AM 1380 e terá sua data de entrada no dial definida em breve. A nova parceira será a sexta estação da Rede Clube FM Brasil no estado de São Paulo, marca que já tem a sétima afiliada confirmada, em São Manuel.

CONFLITO/ Ocupantes da área denunciam descumprimento de acordo feito com a Secretaria de Patrimônio da União, no qual estava prevista a instalação das famílias em outro local. O DF Legal alega falta de CNPJ da associação

Catadores são removidos do Noroeste

» NAUM GILÓ

Foi iniciada, ontem, a operação de remoção da vila de catadores, que ocupava de forma irregular uma área próxima ao Setor Noroeste. Um acordo firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a associação de catadores prevê a transferência das famílias para o Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN). No entanto, liderança dos catadores reclama do descumprimento por parte do governo.

O **Correio** acompanhou a operação de remoção comandada pela Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal). Durante a ação, duas faixas da Epia Norte, na altura do Setor de Oficinas (SOF) Norte, sentido Sobradinho, foram interditadas, a fim de possibilitar a retirada do material do local.

“Nós tínhamos o acordo de ir para um terreno lá no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), que foi cedido para a Vila de Catadores do Cerrado, que somos nós. Mas, chegando lá, nós nos deparamos que o terreno está ocupado por outros catadores de material reciclável. Não vai ter como as famílias do Noroeste irem para esse terreno”, diz a líder do ocupantes Raimunda Nonata, mais conhecida como Joelma. Segundo ela, moravam 192 famílias no local.

Joelma conta que as famílias da ocupação ainda vão passar a noite no local, mesmo sem as estruturas dos barracos. “Vamos dormir embaixo das árvores, ao relento”, diz. “O governo quer que a gente saia. Sim, mas cadê o terreno para nós irmos? Nós saímos sim, mas para outro local. Porque morar 23 anos em

Naum Giló



O DF Legal iniciou a retirada dos barracos, mas algumas pessoas dizem que ficarão na área até conseguirem um local para ir

um local e sair sem nenhum teto é difícil. Foi um prazo muito curto que eles deram para a gente e o acordo não foi cumprido”, denuncia.

As tratativas do acordo foram feitas em conjunto com a SPU Nacional, a SPU-DF e a presidência da Câmara Legislativa do DF (CLDF), e acompanhada pelo Ministério Público e Defensoria Pública, nos âmbitos distrital e

federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do DF.

O **Correio** entrou em contato com a assessoria do MPU, mas até o fechamento desta edição não obteve resposta. Em nota, a DF Legal disse que houve um problema para a liberação do lote relativo ao acordo firmado entre a Secretaria de Patrimônio da União e a própria associação de catadores que, segundo o órgão,

não possui CNPJ e, por isso, não foi possível ter o espaço liberado ainda nesta segunda-feira.

A DF Legal ainda destaca que está sendo oferecido aos catadores o aluguel social e que o órgão permanece à disposição para o transporte dos materiais recicláveis aos locais indicados pelos responsáveis e para fornecer materiais de construção apreendidos disponíveis para a

construção do galpão. Sobre o andamento da operação, a pasta afirma que ocorreu tudo pacificamente.

Sindicato e moradores

O presidente do Sinduscon, Adalberto Valadão Júnior, destaca problemas relacionados a questões ambientais, urbanísticas e de segurança na ocupação.

“O setor imobiliário não tem interesse em construir na área. O interesse é pela conservação do espaço e que o planejamento urbano seja cumprido, além da preservação da qualidade de vida dos moradores do Noroeste e da ocupação, que começa a avançar para dentro da unidade de conservação da região, com desmatamento, para a instalação das estruturas e contaminação do solo e do lençol freático”, declara Adalberto.

Valadão disse ao **Correio** que o sindicato buscou junto aos poderes Executivo e Legislativo soluções que levassem em conta todos os envolvidos, incluindo os ocupantes. “É importante que não se deixe a invasão crescer e que a situação fique irreversível. Eles têm que ser removidos e realocados para um local adequado para trabalhar”, concluiu.

Alexander de Menezes, presidente da Associação de Moradores e Comerciantes do Noroeste, ressaltou as condições sub-humanas nas quais as famílias ocupantes viviam no local, sem acesso à água potável, esgotamento sanitário e acesso à energia elétrica regular. “Infelizmente, temos percebido um aumento nos casos furtos a comércios, condomínios e de cabos de energia, além de roubos”, observa Menezes, que frisa que a posição da associação é de que a ocupação seja removida e realocada em local adequado.

“Não podemos concordar com ocupação irregular em nenhuma circunstância. É uma situação de desordem que vai gerando consequências negativas para todos os envolvidos, inclusive para a parte vulnerável, que são as crianças e mulheres integrantes da ocupação, que sofrem com problemas de saúde e segurança”, acrescenta Alexander.